



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
28ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1032101-45.2015.8.26.0100**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Direito Autoral**
 Requerente: **Clio Robispierre Camargo Luconi**
 Requerido: **Abril Comunicações S/A e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ana Lúcia Xavier Goldman**

Vistos.

CLIO ROBISPIERRE CAMARGO LUCONI ajuizou ação contra **ABRIL COMUNICAÇÕES S.A., FLYTOUR VIAGENS LTDA.** e **AQUARELA PRAIA HOTEL LTDA. ME**, sustentando, em síntese, que as rés procederam à publicação não autorizada de fotografia de sua autoria no site oficial da revista "Viaje Aqui", com finalidade econômica, pois visavam promover a venda de pacotes turísticos com hospedagem no hotel da terceira ré. Requereu a exclusão da publicação, declaração de que a obra fotográfica é de sua autoria e indenização por danos materiais e moral (fls. 01/10, com os documentos de fls. 11/235).

A ré Aquarela Praia Hotel ofertou contestação às fls. 415/423. Arguiu ilegitimidade passiva. No mérito, negou qualquer responsabilidade e benefício em razão da publicação questionada. Impugnou os danos. Juntou documentos (fls. 169/191).

A corré Flytourt contestou a lide às fls. 464/477. Em suma, suscitou ilegitimidade passiva, pois a sua atuação limitou-se a informar à revista pacotes de viagens para as regiões objeto da matéria jornalística, não tendo ingerência sobre o seu conteúdo. No mérito, reafirmou que não tem vinculação com a divulgação questionada e aduziu que a fotografia em exame não consta dos registros na Biblioteca Nacional, cuidando-se de obra de domínio público. Bateu-se contra os danos. Juntou documentos (fls. 478/580).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
28ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por fim, a corr e Abril Comunica es apresentou defesa às fls. 581/603. Impugnou a gratuidade da justiça. No mérito, em resumo, negou o intuito de comercializar pacotes turísticos com a publica o, não se tratando de material publicitário. Entende cuidar-se de matéria de cunho jornalístico, o que autorizaria o uso da fotografia, destinada meramente a ilustrar o informativo. Ademais, não haveria prova do direito de propriedade defendido pelo autor. Bateu-se, assim, contra a tese da viola o do direito autoral e contra os danos. Juntou documentos (fls. 604/734).

Houve réplica (fls. 738/749, com documentos de fls. 359/412).

  o relatório.

Fundamento e decido.

Rejeito a impugna o   gratuidade da justiça, uma vez que desprovida de fatos concretos que ensejassem a altera o das condi es observadas quando da concessão do benefício. O fato de o autor demandar diversas a es judiciais, por si só, não significa riqueza.

O feito comporta julgamento antecipado, pois a prova   documental.

O autor defende viola o do seu direito autoral em razão da publica o de fotografia de sua autoria na página eletrônica "viaje aqui" da Editora Abril. Cuida-se de matéria publicada na edi o de setembro/2014 que tratava de destinos turísticos para o Réveillon, com sugestão de pacotes (fls. 79/80).

Não se trata de matéria publicitária, *ao menos direta*, inexistindo prova de eventual parceria entre as r s para a indigitada veicula o e, especialmente, com o intuito de venda de pacotes turísticos.

Acolho, assim, a matéria preliminar a fim de reconhecer a ilegitimidade das r s Flytour e Aquarela Praia Hotel, pois, frise-se, ausente demonstra o de que tiveram qualquer ingerência na matéria publicada na revista eletrônica da primeira ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
28ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No concernente à ré Abril Comunicações, o pedido merece parcial acolhida.

A Lei 9.610/98, em seu art. 7º, VII, protege as obras fotográficas, garantindo aos seus autores direitos morais e patrimoniais (art. 22 do mesmo diploma) por eventual contrafação.

É certo que o registro não confere o direito autoral (art. 18 da Lei 9.610/98), que já pode ser exercido no momento da criação da obra; visa dar publicidade da autoria a terceiros.

Imperiosa, assim, a prova da autoria da obra.

No ano de 2013, ou seja, antes da publicação em comento, o autor registrou no Cartório de Notas e Registro de João Pessoa/PB a fotografia em questão como sendo de sua autoria (fls. 92/94). De sua parte, a ré Abril não esclareceu a origem do arquivo da fotografia e deixou de se resguardar contra eventual alegação de uso indevido, à luz da Lei 9.610/98, diligenciando no sentido de obter autorização do titular da obra.

Desse modo, o registro em cartório aliado à ausência de informações pela ré sobre a origem da fotografia confirmam a autoria reclamada pelo autor.

Ausente exceção à proteção legal, tal como disciplinado no art. 46 da Lei 9.610/98. Não se trata da reprodução de notícia ou artigo informativo, mas de fotografia destinada a incrementar a matéria apresentada na revista eletrônica, havendo evidente interesse lucrativo (próprio da atividade da ré).

Nem se alegue que o autor lança suas fotografias na internet para enriquecer-se indevidamente. Ora, a ré, ciente da legislação autoral, tem por obrigação investigar a origem das obras utilizadas em sua revista e obter as autorizações necessárias antes de fazer uso delas.

Nesse contexto, reconheço o direito do autor de ser indenizado pelo uso não autorizado e sem crédito na publicação em exame, nos termos do art. 22 da Lei 9.610/98.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
28ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Razoável, à luz dos documentos de fls. 100/124, o valor pleiteado a título de dano patrimonial (R\$1.500,00), correspondente à remuneração cobrado pelo autor ao autorizar o uso de suas fotografias.

O dano moral se presume pela violação do direito de personalidade, havendo ofensa ao íntimo do autor ao deparar-se com o uso de obra em revista sem ser creditada à sua autoria e sem receber remuneração pela criação realizada. Razoável o arbitramento da indenização em R\$3.000,00 (correspondente a duas vezes o valor do dano patrimonial), quantia suficiente à compensação do dano, sem resultar no enriquecimento indevido da vítima.

Caso ainda de acesso ao público, a ré deverá excluir da matéria divulgada em seu site a fotografia em questão, no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária de R\$300,00.

Por outro lado, cuidando-se de matéria datada de setembro/2014, referente às Festas de Final de Ano, inócua publicação naquele site e em jornais de grande circulação sobre a autoria da obra, pois certamente não surtirá qualquer efeito aos leitores.

Do exposto, (1) **julgo extinto o feito** sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, VI, primeira figura, do Código de Processo Civil, com relação aos réus Flytour Viagens Ltda. e Aquarela Praia Hotel Ltda. Me. Arcará o autor com as despesas processuais e honorários dos advogados, arbitrados em R\$1.000,00 (um mil reais) para cada, com observância do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil; (2) e **JULGO PROCEDENTE** o pedido para condenar a ré Abril Comunicações S.A. a (2.1) excluir da matéria divulgada em seu site a fotografia em questão, no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária de R\$300,00; (2.2) pagar ao autor indenização por dano material, no valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), com atualização monetária pela tabela do E. TJSP, a partir da data da publicação, e juros de mora de 1% ao mês, contados da citação, (2.3) e pagar indenização por dano moral, no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), com atualização monetária a partir desta data (Súmula 362 do C. STJ), e juros de mora de 1% ao mês, contados da citação. Vencida em maior parte, a ré Abril arcará com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$2.000,00 (dois mil reais).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
28ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Fls. 756/757: à Serventia para conferência e, se necessário, complementação do cadastro processual.

P.R.I.C.

São Paulo, 14 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**